

REQUERIMENTO Nº DE 2012

Requeiro, nos termos dos artigos 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Censura à decisão do Premiê Israelense BENJAMIN NETANYAHU de incentivar a construção de assentamentos israelenses na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental.

JUSTIFICAÇÃO

Há 65 anos, exatamente em 1947, a Organização das Nações Unidas – ONU, por solicitação de um país membro – Reino Unido – criou o UNSCOP – United Nations Special Committee on Palestine cujo objetivo seria elaborar um plano de divisão da área do Mandato Britânico da Palestina. Idéia simples com questões extremamente difíceis: a de dividir o território, ou parte dele, em dois Estados soberanos e independentes – um judeu e outro árabe - , sendo que Jerusalém e Belém ficariam sob o controle internacional.

Do total da área 53% seriam destinados a algo em torno de 700 mil judeus, os restantes 47% a mais de 1 milhão e 400 mil árabes. Tanto judeus, como árabes, tinham em sua população uma boa parcela advinda de imigração durante o início do Século XX. Contudo, mesmo antes desse êxodo, a maioria sempre eram de árabes.

A idéia de se criar um Estado Judeu não era nova, mesmo em 1947. Em 3 de novembro de 1917, o então secretário britânico dos

Assuntos Estrangeiros, Arthur James Balfour, escreveu uma carta ao Presidente da British Zionist Federation, na qual descreve sobre sua vontade de possibilitar ao povo judeu a possibilidade de povoar a Terra de Israel. Isso seria possível se a Inglaterra conseguisse mudar o domínio, então otomano, na região.

Já se mostrava a grande preocupação com a possibilidade de belicosidade entre judeus e palestinos, ao escrever em sua carta que *O governo de Sua Majestade encara favoravelmente o estabelecimento, na Palestina, de um Lar Nacional para o Povo Judeu, e empregará todos os seus esforços no sentido de facilitar a realização desse objetivo, entendendo-se claramente que nada será feito que possa atentar contra os direitos civis e religiosos das coletividades não-judaicas existentes na Palestina, nem contra os direitos e o estatuto político de que gozam os judeus em qualquer outro país.*

Outros países, como a França e Itália, de pronto aceitam e ratificam os termos da chamada Declaração de Balfour. Os Estados Unidos a ratifica no ano seguinte. Era, em verdade, um ato geopolítico, afinal tiraria da Inglaterra a administração exclusiva de uma parte do Oriente.

A segunda guerra mundial mostrou a fragilidade do povo judeu. Foram perseguidos, humilhados, marginalizados, assassinados às milhares de dezenas, morreram milhões: o Holocausto – Vergonha do mundo.

E pior, o mundo assistiu, calado, morte dessas pessoas. Lembrando. Genocídio é o assassinato de uma pessoa milhões de vezes, o abominável ato de matar é praticado sadicamente e incessantemente.

Assim, percebida de maneira trágica, a idéia de que os Judeus mereciam, enfim, um Estado, ganhou forças. Em julho de 1947, forças britânicas interceptaram um navio com 4.500 refugiados judeus, que se dirigiam ilegalmente, segundo as normas britânicas que restringiam a imigração judia, para aquela área. O navio ganhou o nome de *Exodus 1947*.

O fato foi amplamente divulgado pela mídia internacional e fortaleceu a idéia e o sentimento da necessidade de criação de um Estado Judeu. Em 29 de novembro de 1947, em histórica sessão, a ONU então presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha, com 56 dos 57 países membros presentes – a única ausente foi a Tailândia – por 33 votos a favor, 13 contra e 10 abstenções, foi aprovada, em síntese, a criação do Estado de Israel. Egito, Síria, Líbano e Jordânia não reconheceram o novo Estado.

A área deixaria o mando britânico no dia 14 de maio de 1948, quando foi declarada a Independência do Estado de Israel.

Os Estados Árabes, em apoio aos palestinos, reagem, invadem Israel no dia 15 de maio de 1948 e, assim começava a primeira guerra árabe-israelense. Israel, desde então, travou várias guerras com os Estados árabes circundantes, no decurso das quais ocupou os territórios da Cisjordânia, Península do Sinai, Faixa de Gaza e Colinas de Golã. Partes dessas áreas ocupadas, incluindo Jerusalém Oriental, foram anexadas por Israel, mas a fronteira com a vizinha Cisjordânia ainda não foi definida de forma permanente. Israel assinou tratados de paz com Egito e Jordânia, porém os esforços para solucionar o conflito israelo-palestino até agora não resultaram em paz.

E assim tem sido nos últimos 64 anos. Guerra.

Mortes e mortes. No fim, nada mudou. Nem Palestinos, nem Israelenses aproveitam a liberdade com plenitude. O choro de saudade dos pais palestinos e pais judeus, de seus filhos, de seus maridos e esposas, de seus parentes e amigos mortos não permitem que possam desfrutar a intensa sensação que é a liberdade. Não há vencedores nem vencidos. Há de se encontrar uma solução plausível.

Estamos em 2012 e o mundo mudou. O século mudou. Mudou a forma como nos comunicamos. Mudou quase tudo. Mas, o cenário daquela área é o mesmo de 15 de maio de 1948. Guerra.

A ONU, a bem da verdade criada após o holocausto, tem mantido vigilância para que outro não ocorra, vem tentando desde aquele dia fatídico que iniciou a guerra, impor a Paz. Não se trata de uma guerra santa. É geopolítica. Não são judeus contra palestinos ou o contrário, pois os dois povos choram a mesma lágrima de dor pela perda dos seus filhos, pais... enfim, seus mortos.

Agora, o premiê Benjamin Netanyahu, em um ato de pura geopolítica ultrapassada, que despreza as conseqüências à sociedade e visa apenas o favorecimento incerto no futuro, provoca, mais uma vez, a belicosidade na região ao promover a aceleração de assentamentos na Cisjordânia, resultando na revolta dos palestinos e a censura de vários países, dentre eles os Estados Unidos da América, França, Reino Unido, Suécia, Espanha, Dinamarca, além de várias entidades e organismos internacionais.

É um ato que não busca a Paz. Seria como dizer ao mundo que estão brincando de construir Estados e que o governo de Israel nunca permitirá que se forme um Estado Palestino. É esta a afirmação contida em tal atitude. Assim, não podemos nos calar. Não o congresso brasileiro, até em homenagem a Oswaldo Aranha que presidiu a histórica sessão de 1947.

Não se trata de censurar o povo judeu que, acredito, está cansado de chorar seus mortos. A censura é especificamente à decisão do Senhor Benjamin Netanyahu, Premiê do Estado de Israel, de acelerar a ocupação na Cisjordânia, e não ao seu povo, o qual merece nosso mais profundo respeito, assim como o povo Palestino. Também é uma maneira de mostrarmos ao mundo que o Senado brasileiro reflete o sentimento do povo brasileiro: o de cultuar a Paz, a irmandade, a solidariedade, e acreditamos na possibilidade de resolvermos as questões do Estado pensando nos indivíduos que serão afetados por tal resolução, afinal a sociedade, democrática e correta, nada mais é que o conjunto de pessoas livres, unidas pelo respeito mútuo.

Pela Paz!.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2012

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**
PCdoB/**Amazonas**